



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



Ofício nº 109/2023/DN/Sinasefe Nacional

Brasília, 07 de julho de 2023

Ao Senhor:

GETÚLIO MARQUES FERREIRA

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC

Assunto: Atualização das Reivindicações/Temas de debate

Senhor Secretário,

Vimos, por meio deste, atualizar as reivindicações/temas de debate de nossa entidade sindical junto à SETEC/MEC.

Reiteramos nossa disposição ao diálogo e solicitamos brevidade no estabelecimento de um cronograma de reuniões para tratarmos dessas importantes demandas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação básica e profissional federal.

Reivindicações/Temas de debate:

- Reajuste salarial, recomposição inflacionária e correção dos auxílios saúde e alimentação para todos os servidores federais
- Revogação da EC95
- Recomposição orçamentária da Educação, da CeT, dos Hospitais Universitários e para políticas de assistência estudantil com imediata suspensão dos bloqueios ou contingenciamentos orçamentários (Apoio à aprovação da PEC 96/2019, proposta pela deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS) que torna o orçamento da educação aprovado pelo Congresso impositivo, protegido de cortes e contingenciamentos
- Apuração das denúncias de corrupção no MEC
- Aplicação da Convenção 151 da OIT
- Revogação da EC No 109/2021 (antiga PEC Emergencial No 186/19), que altera a CF e as DCT e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial



SCS, QD 2, BL C, ED SERRA DOURADA, SL 109/110 - CEP 70300-902 - BRASÍLIA - DF
FONE: (61) 2192-4050 - EMAIL: DN@SINASEFE.ORG.BR

WWW.SINASEFE.ORG.BR



residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.

- Revogação da Lei Nº 12.618/2012 que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais e o fim da FUNPRESP, a revogação do Decreto No 10.620/2022, que dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social da União no âmbito da administração pública federal; e a retirada da MP Nº 1.119/2022.

- Revogação da EC Nº 103/2019 e arquivamento do Projeto de Lei Complementar (PLP) Nº 189/2021, que transforma o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no gestor único do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, abrangendo servidores civis dos órgãos, entidades, autarquias e fundações dos três Poderes e membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas

- Recomposição do orçamento da Educação aos níveis de 2015, corrigindo a partir da inflação do período (IPCA)

- Recomposição do orçamento da Ciência e Tecnologia aos níveis de 2015, corrigindo a partir da inflação do período (IPCA)

- Recomposição do orçamento da Saúde aos níveis de 2014 (% aplicado e valores em R\$, corrigindo a partir da inflação do período – IPCA)

- Recomposição dos orçamentos necessários para as políticas de assistência estudantil e ações afirmativas (acesso e permanência) dos discentes das Instituições Federais de Ensino

- Correção dos valores das bolsas de graduação (monitoria, extensão, PIBIC etc.) e pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino

- Reorganização dos HU, com o fim da Ebserh, com recomposição de seus orçamentos e de sua autonomia administrativa, de gestão financeira e pedagógica – como parte da infraestrutura das Instituições Federais de Ensino; com recomposição de seus quadros de servidores, via realização de concurso público e contratação pelo RJU

- Fim das terceirizações nas instituições de ensino e recriação dos cargos extintos, revogando Decretos que extinguiram cargos do PCCTAE, incluindo os Decretos Nº 10.185/2019 e 9.262/2018.

- Suspensão da tramitação da PEC No 206/2019 que altera a gratuidade nas universidades

- Retomada dos concursos de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS, com aumento de vagas para esses cargos nas IFE e com condições igualitárias de trabalho na rede

- Contratação de professores e profissionais de apoio escolar para atendimento educacional especializado na rede federal de ensino, com cargos de





carreira e consequentes concursos para efetivação (Lei 13.146/2015, Capítulo IV, Art, 28, incisos XI e XVII)

- Retomada e valorização de políticas públicas educacionais da Rede Federal de Educação Básica, Científica e Tecnológica, como o Programa Mulheres Mil e o Proeja (EJA-EPT), de forma a garantir o cumprimento de nossa função para a transformação da sociedade.

- Revogação do Decreto Nº 9.765/2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização, que impôs uma metodologia única de alfabetização das crianças

- Revogação da Portaria Nº 545/2020, que revogou os efeitos da Portaria Nº 13/2016 do MEC, que tratava da promoção de ações afirmativas na pós-graduação brasileira em benefício de grupos historicamente alijados das políticas públicas (população negra, população indígena, pessoas com deficiência)

- Cumprimento da data base de 1º de maio para reajuste salarial anual dos SPF.

- Linha única no contracheque (VB + RT)

- Reestruturação das carreiras de servidores federais, docentes e TAE, com democracia e ampla negociação entre governo e cada categoria, fortalecendo as instâncias previstas de participação representativa (CNS, CND, CPRSC, etc)

- Solicitação de vagas para o SINASEFE na Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (CNEBS – Portaria Nº 993, de 23 de maio de 2023), para que os trabalhadores participem na elaboração da Política de Educação Bilíngue de Surdos (ASSINES - SSind)

- Retomada dos trabalhos da transposição do PGPE/PCC-EXT para o PCCTAE dos servidores técnicos administrativos das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa e dos Ex-territórios, garantindo a recomposição de seus salários.

- Transposição da Carreira da Educação Básica Federal (EBF) para a Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) dos servidores docentes dos ex-territórios, garantindo a recomposição de seus salários

- Implementação da jornada de trabalho de 6 horas ininterruptas para os TAE sem prejuízos remuneratórios e na carreira

- Implementar a RSC para os TAE

- Contra o ponto eletrônico para os servidores TAE e docentes das Instituições Federais de Ensino (Necessário alterar o Decreto nº 1590/1995, revogando a IN nº 125/2020)

- Permitir que servidores(as) TAE participem dos Editais da CAPES e CNPq em condição de igualdade com professores(as) de mesma titulação acadêmica.





- Contra a restrição de coordenação e participação por parte dos TAEs em grupos de pesquisa e extensão, garantindo direitos a fomento e bolsas em condições equânimes.
- Revogação da Portaria Nº 983/2020 (que regulamenta as atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ampliando a CH em sala de aula, com prejuízo ao desempenho de atividades de pesquisa e extensão)
- Rediscussão do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei Nº 13.243/2016), evitando o aprofundamento do processo de privatização da produção intelectual nas instituições educacionais e de pesquisa públicas.
- Revogação da IN Nº 54/2021 (que orienta o desconto da remuneração correspondente aos dias de paralisação e para a elaboração do respectivo Termo de Acordo para compensação de horas não trabalhadas, para servidores e servidoras de órgãos do SIPEC)
- Revogação de parte da IN66/2022 que trata da progressão docente e tem penalizado professores que por motivos diversos deixam de pedir sua progressão na data exata em que adquirem o direito.
- Respeitar a autonomia das Instituições Federais de Ensino conforme determinado pela CF 88 (Art. 207): Autonomia didático-científica; Autonomia administrativa e Autonomia de gestão financeira e patrimonial.
- Democracia em todas as instâncias deliberativas das Instituições Federais de Ensino
- Fim das intervenções nas universidades, respeito à escolha dos dirigentes pela comunidade universitária. Que o processo de escolha seja iniciado e tenha sua finalização no âmbito da própria Instituição de Ensino. Fim da lista tríplice.
- Manutenção, recuperação e adequação da infraestrutura física e de equipamentos ou tecnologias, como internet gratuita e de qualidade, nas Instituições Federais de Ensino;
- Reabertura de concursos públicos, para contratação de servidore(a)s via RJU, recuperando vagas de aposentados e/ou falecidos, em todas as categorias de servidore(a)s das Instituições Federais de Ensino
- Combater assédio sexual e moral e todo tipo de opressão no ambiente de trabalho
- Revogação da Reforma do EM e adoção do Ensino Médio Integrado como referência para educação brasileira.
- Revogação da BNCC e retomada do debate sobre currículo para a educação básica.





- Revogação da Resolução CNE/CP Nº 02/2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- Revogação da Resolução CNE/CP Nº 01/2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC- Formação Continuada)
- Revogação da Resolução CNE/CP No 01/2022 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM – Formação) – e abertura de discussão democrática
 - Não ao avanço acrítico do ensino híbrido e revisão dos percentuais de EaD permitidos nos PPC de cursos nos vários níveis e modalidades de ensino (Nesse sentido, suspensão da tramitação das DCNs do Ensino Híbrido, incluindo a consulta em andamento)
 - Construção de um PNLD de forma democrática, sem o esvaziamento de conteúdos e exclusão de componentes curriculares, com participação ativa das comunidades escolares e acadêmicas
 - Implementação de programa de inclusão digital para estudantes
 - Manter e ampliar a Lei de Cotas, que deve ir à votação acerca de sua continuidade (em 2022 completam os 10 anos do prazo estabelecido pela Lei)
 - Racionalização dos cargos do PCCTAE
 - Suspensão da tramitação do PL Nº 3.261/2015 e não aprovação do Projeto de Homescholling
 - Fim das instruções normativas, portarias e outros instrumentos infralegais que atacam TAE e docentes
 - Fim das iniciativas legislativas que atacam TAE e os docentes
 - Revogação da Lei 14.533 de 11/01/2023 que institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003
 - Estabelecimento de espaço para discussão de arbitrariedades relativas a suspensões de pagamentos de gratificações de periculosidade e insalubridade nas IFE, bem como de auxílio transporte
 - Fim da militarização da educação. Discutir a transição das escolas ligadas ao Ministério da Defesa para o Ministério da Educação e Intensificar a luta pela revogação do Decreto nº 10.004, de 5 setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e todas as iniciativas similares





- Revogação do Decreto nº 9.991/2019 que regulamenta a limitação percentual de licença docente e técnico para capacitação
- Revogação da Portaria nº 2.227, de 31/12/2019, que fere autonomia universitária e limitou a participação de pesquisadores/as em eventos científicos nacionais e internacionais
- Revogação do Decreto nº 10.134, de 26/11/2019, que fomenta o estabelecimento da rede pública de educação infantil a partir da parceria público-privado, desobrigando a União de exercer de seu papel como determina a Constituição de 1988.
- Revogação da Portaria nº 34, de 09/03/2020, que restringiu a concessão de bolsas para estudantes de mestrado e doutorado.
- Possibilidade de TAE com nível superior concorrer ao cargo de Reitor(a).
- Revogação imediata da Portaria 10.723/2022 (retirar)
- Segurança jurídica e previsibilidade para utilização de margem consignável para empréstimos consignados de servidores e servidoras.
- Agilização dos processos de redistribuição, incluindo alterações na Portaria 619/23.
- Garantia do direito a férias integrais para servidores docentes e administrativos, evitando fracionamentos, sobretudo em período de recesso de final de ano.
- Normativa para afastamento parcial de servidores para cursos de pós-graduação e capacitação.
- Regulamentação do Horário Especial de 30 Horas semanais para o Cargo de Assistente Social.
- Criação, no âmbito da SETEC/MEC, de estrutura específica para tratar de assuntos de Assistência Estudantil.
- Que a nova expansão da Rede Federal de EPCT se dê nas periferias e demais territórios em situação de vulnerabilidade.

Sem mais para o momento e aguardando um retorno, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Carlos David de Carvalho Lobão

Coordenador Geral de Plantão

